

# **A Desobediência Civil**

*Henry David Thoreau*

“O melhor governo é o que governa menos” – aceito entusiasticamente esta divisa e gostaria de vê-la posta em prática de modo mais rápido e sistemático. Uma vez alcançada, ela finalmente equivale a esta outra, em que também acredito: “O melhor governo é o que absolutamente não governa”, e quando os homens estiverem preparados para ele, será o tipo de governo que terão. Na melhor das hipóteses, o governo não é mais do que uma conveniência, embora a maior parte deles seja, normalmente, inconveniente – e, por vezes, todos os governos o são. As objeções levantadas contra a existência de um exército permanente – e elas são muitas e fortes e merecem prevalecer – podem afinal ser levantadas também contra a existência de um governo permanente. O governo em si, que é apenas a maneira escolhida pelo povo para executar sua vontade, está igualmente sujeito ao abuso e à perversão antes que o povo possa agir por meio dele. Basta pensar na atual guerra mexicana (1), obra de uns poucos indivíduos que usam o governo permanente como seu instrumento, pois, de início, o povo não teria consentido nesta medida.

O que é este governo americano senão uma tradição, embora recente, que se empenha em passar inalterada à posteridade, mas que perde a cada instante algo de sua integridade? Não possui a vitalidade e a força de um único homem vivo, pois pode dobrar-se à vontade deste homem. É uma espécie de arma de brinquedo para o povo, mas nem por isso menos necessária, pois o povo precisa de algum tipo de maquinaria complicada, e ouvir sua algazarra, para satisfazer sua idéia de governo. Assim, os governos demonstram até que ponto os homens podem ser enganados, ou enganar a si mesmos, para seu próprio benefício. Isto é excelente, devemos todos concordar. E no entanto, este governo, por si só, nunca apoiou qualquer empreendimento, a não ser pela rapidez com que lhe saiu do caminho. Ele não mantém o país livre. Ele não povoa o Oeste. Ele não educa. O caráter inerente ao povo americano é que fez tudo o que foi realizado, e teria feito ainda mais se o governo não houvesse às vezes se colocado em seu caminho. Pois o governo é uma conveniência pela qual os homens conseguem, de bom grado, deixar-se em paz uns aos outros, e, como já se disse, quanto mais conveniente ele for, tanto mais deixará em paz seus governados. Se não fossem feitos de borracha, o comércio e o tráfico em geral jamais conseguiriam superar os obstáculos que os legisladores continuamente colocam em seu caminho. E se tivéssemos que julgar estes homens inteiramente pelos efeitos de seus atos, e não, em parte, por suas intenções, eles mereceriam ser punidos tanto quanto aquelas pessoas nocivas que obstruem as ferrovias.

Porém, para falar de modo prático e como um cidadão, ao contrário daqueles que chamam a si mesmos de antigovernistas, eu clamo não já por governo nenhum, mas imediatamente por um governo melhor. Deixemos que cada homem faça saber que tipo de governo mereceria seu respeito e este já seria um passo na direção de obtê-lo.

Afinal, a razão prática por que se permite que uma maioria governe, e continue a fazê-lo por um longo tempo, quando o poder finalmente se coloca nas mãos do povo, não é a de que esta maioria esteja provavelmente mais certa, nem a de que isto pareça mais justo para a minoria, mas sim a de que a maioria é fisicamente mais forte. Mas um governo no qual a maioria decida em todos os casos não pode se basear na justiça, nem mesmo na justiça tal qual os homens a entendem. Não poderá existir um governo em que a consciência, e não a maioria, decida virtualmente o que é certo e o que é errado? Um governo em que as maiorias decidam apenas aquelas questões às quais se apliquem as regras de conveniência? Deve o cidadão, sequer por um momento, ou minimamente, renunciar à sua consciência em favor do legislador? Então por que todo homem tem uma consciência? Penso que devemos ser homens, em primeiro lugar, e depois súditos. Não é desejável cultivar pela lei o mesmo respeito que cultivamos pelo direito. A única obrigação que tenho o direito de assumir é a de fazer a qualquer tempo aquilo que considero direito. É com razão que se diz que uma corporação não tem consciência, mas uma corporação de homens conscientes é uma corporação com consciência. A lei jamais tornou os homens mais justos, e, por meio de seu respeito por ela, mesmo os mais bem-intencionados transformam-se diariamente em agentes da injustiça. Um resultado comum e natural do indevido respeito pela lei é que se pode ver uma fila de soldados – coronel, capitão, cabo, soldados rasos, etc – marchando em direção à guerra em ordem admirável através de morros e vales, contra as suas vontades, ah!, contra suas consciências e seu bom senso, o que torna esta marcha bastante difícil, na verdade, e produz uma palpitação no coração. Eles não

têm dúvida alguma de que estão envolvidos numa atividade condenável, pois todos têm inclinações pacíficas. Então, o que são eles? Homens ou pequenos fortes paíóis a serviço de algum homem inescrupuloso no poder? Visitem o arsenal da Marinha e contemplem um fuzileiro naval, alguém que o governo americano pode fazer ou que um homem pode fazer com sua magia negra – uma mera sombra e reminiscência de humanidade, um homem amortalhado em vida, de pé, mas já sepultado em armas com acompanhamento fúnebre, pode-se dizer, embora também possa ocorrer que:

*“Não se ouviu nenhum tambor, nenhuma nota funeral, enquanto levávamos seu corpo para a trincheira final; Nem salva de adeus disparada por nenhum soldado. Sobre a tumba em que nosso herói foi enterrado.”*

A grande maioria dos homens serve ao Estado desse modo, não como homens propriamente, mas como máquinas, com seus corpos. São o exército permanente, as milícias, os carcereiros, os policiais, os membros da força civil, etc. Na maioria dos casos não há um livre exercício seja do discernimento ou do senso moral, eles simplesmente se colocam ao nível da árvore, da terra e das pedras. E talvez se possa, fabricar homens de madeira que sirvam igualmente a tal propósito. Tais homens não merecem respeito maior que um espantalho ou um monte de lama. O valor que possuem é o mesmo dos cavalos e dos cães. No entanto, alguns deles são até considerados bons cidadãos. Outros – como a maioria dos legisladores, políticos, advogados, ministros e funcionários públicos – servem ao Estado principalmente com seu intelecto, e, como raramente fazem qualquer distinção moral, estão igualmente propensos a servir tanto ao diabo, sem intenção de fazê-lo, quanto a Deus. Uns poucos – como os heróis, os patriotas, os mártires, os reformadores no melhor sentido e os homens – servem ao Estado também com sua consciência, e assim necessariamente resistem a ele, em sua maioria, e são comumente tratados como inimigos. Um homem sábio só será útil como homem e não se sujeitará ao papel de “barro” para “tapar um buraco que impeça o vento de entrar”, mas deixará esta tarefa, ao menos, para suas cinzas:

*“Sou nobre demais para ser posse, ser um subalterno no comando, ou mesmo servo e instrumento útil, a qualquer Estado soberano deste mundo.”*

Aquele que se dá inteiramente a seus semelhantes parece-lhes egoísta; aquele, porém, que a eles se dá parcialmente é considerado um benfeitor e um filantropo.

De que modo convém a um homem comportar-se em relação ao atual governo americano? Respondo que ele não poderá associar-se a tal governo sem desonra. Não posso, por um instante sequer, reconhecer como meu governo uma organização política que é também governo de escravos.

Todos os homens reconhecem o direito de revolução, isto é, o direito de recusar lealdade ao governo, e opor-lhe resistência, quando sua tirania ou sua ineficiência tornam-se insuportáveis. Mas quase todos dizem que não é este o caso no momento atual. Mas foi este o caso, pensam, na Revolução de 75 (2). Se alguém me dissesse que este é um mau governo porque tributa determinadas mercadorias estrangeiras trazidas a seus portos, é bastante provável que eu não movesse uma palha a respeito, já que posso passar sem elas. Todas as máquinas têm seu atrito, e isto possivelmente tem um lado bom que compensa o lado ruim. De qualquer modo, seria bastante nocivo fazer muito alvoroço por causa disso. Mas quando o atrito chega ao ponto de controlar a máquina, e a opressão e o roubo se tornam organizados, digo que não devemos mais ficar presos a tal máquina. Em outras palavras, quando um sexto da população de uma nação que se comprometeu a ser o abrigo da liberdade é formado por escravos, e um país inteiro é injustamente invadido e conquistado por um exército estrangeiro e submetido à lei militar, penso que não é demasiado cedo para os homens honestos se rebelarem e darem início a uma revolução. O que torna este dever ainda mais urgente é o fato de que o país invadido não é o nosso mas é nosso o exército invasor.

Paley (3), para muitos uma autoridade em questões morais, no capítulo que dedica ao “Dever de Submissão ao Governo Civil”, reduz toda obrigação civil a uma questão de conveniência e prossegue afirmando que “uma vez que o interesse de toda a sociedade o exija, ou seja, uma vez que não se pode resistir ao governo estabelecido ou muda-lo sem inconveniência pública, é vontade de Deus que o governo estabelecido seja obedecido, e não mais que isto. Admitindo-se este princípio, a justiça de cada caso particular de resistência reduz-se ao cálculo da quantidade de perigo e ressentimento, de um lado, e da probabilidade e do custo de repará-lo, de outro”. A respeito disso, afirma, cada homem terá que julgar por si próprio. Mas Paley parece jamais ter contemplado os casos aos quais não se aplicam as regras de conveniência, em que um povo, tanto quanto um indivíduo, deve fazer justiça, custe o que custar. Se injustamente arrebatei a tábua de salvação a um homem que se afogava, devo devolvê-la a ele mesmo que me afogue. Isto, de acordo com Paley, seria inconveniente. Mas aquele que salvasse sua própria vida, em tal caso, acabaria por perdê-la. Este povo deve deixar de ter escravos e de fazer guerra ao México, mesmo que isso lhe custe sua existência como povo.

Em sua prática, as nações concordam com Paley. Mas será que alguém pensa que o estado de Massachusetts faz exatamente o que é direito na presente crise?

*“Uma meretriz de profissão, vestida de prata, Ergue a cauda do vestido, Mas sua alma se arrasta no lodo.”*

Falando de modo prático, os que se opõem a uma reforma em Massachusetts não são os cem mil políticos do Sul, mas os cem mil mercadores e fazendeiros daqui, que estão mais interessados no comércio e na agricultura do que na humanidade e não estão preparados para fazer justiça aos escravos e ao México, custe o que custar. Não brigo com inimigos distantes mas com aqueles que, aqui perto, cooperam com os que estão longe e cumprem suas ordens, e sem os quais os últimos seriam inofensivos. Estamos acostumados a dizer que a massa dos homens é despreparada, mas o progresso é lento porque a minoria não é substancialmente mais sábia ou melhor do que a maioria. Não é tão importante que a maioria seja tão boa quanto vós, mas sim que exista a bondade absoluta em alguma parte, pois isto fará fermentar toda a massa. Existem milhares de pessoas que se opõem teoricamente à escravidão e à guerra, e que, no entanto, efetivamente nada fazem para dar-lhes um fim; que, considerando-se filhos de Washington e Franklin, sentam-se com as mãos nos bolsos e dizem não saber o que fazer, e nada fazem; que chegam a postergar a questão da liberdade em nome da questão do livre comércio, e, serenamente, após o jantar, lêem as listas com as cotações de preços junto com as últimas notícias do México, possivelmente dormindo sobre ambas. Qual é, hoje, a cotação de um homem honesto e de um patriota? Eles hesitam, e lamentam, e às vezes suplicam, mas não fazem nada a sério ou que seja eficaz. Esperarão, bem dispostos, que outros remediem o mal, para que não precisem mais lamentar. O máximo que fazem, quando o direito hesita perto, é dar-lhe um voto barato, mostrando-lhe uma expressão débil e desejando-lhe felicidades. Há novecentos e noventa e nove defensores da virtude para cada homem virtuoso. Mas é mais fácil lidar com quem verdadeiramente possui algo do que com quem apenas o guarda temporariamente.

Toda votação é uma espécie de jogo, como o de damas ou o gamão, com um leve matiz moral, um jogo com o certo e o errado, com questões morais, naturalmente acompanhado de apostas. O caráter dos votantes não está em discussão. Dou meu voto, talvez, ao que considero direito, mas não estou vitalmente interessado em que este direito prevaleça. Disponho-me a deixar isto nas mãos da maioria. A obrigação desta, portanto, jamais excede a da conveniência. Mesmo votar em favor do direito é não fazer coisa alguma por ele. Significa apenas expressar debilmente aos homens seu desejo de que ele prevaleça. Um homem sábio não deixará o direito à mercê do acaso, nem desejará que ele prevaleça por meio do poder da maioria. Não há senão uma escassa virtude na ação de multidões de homens. Quando a maioria finalmente votar a favor da abolição da escravidão, será porque esta lhe é indiferente ou porque não haverá senão um mínimo de escravidão

a ser abolida por meio de seu voto. Eles, então, serão os únicos escravos. Somente o voto de quem afirma sua própria liberdade através desse voto pode apressar a abolição da escravidão.

Ouçõ falar de uma convenção a ser realizada em Baltimore, ou em algum outro lugar, para a escolha de um candidato à Presidência, formada principalmente por diretores de jornais e políticos profissionais. Mas pergunto: que importância tem para qualquer homem independente, inteligente e respeitável a decisão a que possam eles chegar? Não poderemos ter, apesar disso, os benefícios de sua sabedoria e honestidade? Não poderemos contar com alguns votos independentes? Não existirão no país muitos indivíduos que não participam de convenções? Mas não: vejo que o homem respeitável, chamado a participar, imediatamente se desvia de sua posição e passa a desesperar de seu país, quando este teria muito mais razões para desesperar dele. Sem demora, adota um dos candidatos assim escolhidos como o único candidato disponível, provando, deste modo, que ele próprio está disponível para quaisquer propósitos dos demagogos. Seu voto não tem mais valor que o de qualquer estrangeiro sem princípios ou o de algum mercenário nativo que tenha sido comprado. Oh, para um homem que é homem e que, como diz meu vizinho, tem uma espinha nas costas que não se deixa dobrar! Nossas estatísticas são equivocadas: a população foi estimada em excesso. Quantos homens existem em cada mil linhas quadradas deste país? Apenas um, se tanto. A América não oferecerá nenhum incentivo aos homens para que aqui se estabeleçam? O americano reduziu-se a um Sujeito Peculiar, que pode ser reconhecido pelo desenvolvimento de seu órgão gregário e pela manifesta ausência de intelecto e alegre autoconfiança; um sujeito cuja principal preocupação, ao chegar ao mundo, é verificar se os asilos de pobres estão em bom estado; e que, antes mesmo de ter legalmente vestido um uniforme varonil, já está coletando fundos para as viúvas e órfãos que possam porventura existir; em suma, alguém que só se aventura a viver através da ajuda da Companhia de Seguros Mútuos, que prometeu enterra-lo decentemente.

Não é dever de um homem, na verdade, devotar-se à erradicação de qualquer injustiça, mesmo a maior delas, pois ele pode perfeitamente estar absorvido por outras preocupações. Mas é seu dever, ao menos, lavar as mãos em relação a ela e, se não quiser mais leva-la em consideração, não lhe dar seu apoio em termos práticos. Se me dedico a outras ocupações e projetos, devo ao menos verificar, inicialmente, se não o faço sentado sobre os ombros de outro homem. Devo sair de cima dele, antes de mais nada, para que também ele possa ocupar-se de seus projetos. Vejam que gritante contradição se tolera. Ouvi alguns dos meus concidadãos afirmarem: “Gostaria que me mandassem ajudar a sufocar uma insurreição de escravos ou marchar em direção ao México – vejam só se eu iria!”. No entanto, estes mesmos homens, seja diretamente através de sua sujeição, ou indiretamente, pelo menos, através de seu dinheiro, forneceram substitutos para si mesmos. O soldado que se recusa a servir numa guerra injusta é aplaudido por aqueles que não se recusam a sustentar o governo injusto que faz a guerra, por aqueles cujos atos e autoridade ele negligencia e despreza, como se o Estado fosse penitente ao ponto de contratar alguém para castiga-lo enquanto peca mas não ao ponto de deixar de pecar por um momento sequer. Assim, em nome da Ordem e do Governo Civil, somos levados, finalmente, a homenagear e a sustentar nossa própria vileza. Depois do primeiro rubor do pecado vem a indiferença, e, de imoral, ela passa a ser, digamos, amoral, e não inteiramente desnecessária à vida que levamos.

O erro mais óbvio e geral, para sustentar0se, exige a virtude mais desinteressada. A leve censura a que a virtude do patriotismo encontra-se normalmente sujeita é exercida, com mais probabilidade, pelos homens nobres. Aqueles que, embora desaprovando o caráter e as medidas do governo, dão a ele sua lealdade e seu apoio, são indubitavelmente seus defensores mais conscienciosos e freqüentemente tornam-se os mais sérios obstáculos à reforma. Alguns dirigem-se ao Estado pedindo que este dissolva a União, que desconsidere as solicitações do Presidente. Porque eles mesmos não dissolvem a união que existe entre eles e o Estado e não se recusam a pagar sua cota ao Tesouro? Não se mantêm, assim, em relação ao Estado, do mesmo modo que o Estado em relação à União? E não serão as mesmas razões que impediram o Estado de resistir à União que os impedem de resistir ao Estado?

Como pode um homem satisfazer-se com apenas ter uma opinião e deleitar-se com ela? Haverá nela algum deleite se sua opinião for a de que ele se sente lesado? Se teu vizinho te rouba

um único dólar, não te contentarás em saber que foste roubado, ou em dizer que o foste, nem mesmo em pedir que ele pague o que te deve, mas tomarás providências efetivas para obter de volta toda a quantia e, ao mesmo tempo, para que não sejas novamente roubado. A ação baseada num princípio, a percepção e execução do direito, modifica coisas e relações; é essencialmente revolucionária e não condiz inteiramente com nada que lhe seja anterior. Ela não divide apenas Estados e Igrejas, mas também famílias, ah!, divide o indivíduo, separando nele o diabólico do divino.

Leis injustas existem: devemos contentar-nos em obedecer a elas ou esforçar-nos e corrigi-las, obedecer-lhes até triunfamos ou transgredi-las desde logo? Num governo como este, os homens geralmente pensam que devem esperar até que a maioria seja persuadida a alterá-las. Pensam que, se resistissem ao governo, o remédio será pior que o mal. Mas é culpa do próprio governo que o remédio seja, efetivamente, pior que o mal. É ele que o torna pior. Por que ele não está mais apto a antecipar e proporcionar a reforma? Por que não trata com carinho sua sábia minoria? Por que suplica e resiste antes de ser ferido? Por que não encoraja seus cidadãos a prontamente apontarem seus defeitos e a agirem melhor do que ele lhes pede? Por que sempre crucifica Cristo, excomunga Copérnico e Lutero e declara Washington e Franklin rebeldes?

Pode-se pensar que a deliberada e eficaz negação de sua autoridade tenha sido a única ofensa jamais levada em conta pelo governo. De outro modo, por que não lhe atribuiu ele uma penalidade definida, adequada e proporcional? Se um homem sem propriedade alguma recusa-se uma única vez a contribuir com nove xelins para o Estado, é aprisionado por um período de tempo ilimitado por qualquer lei que seja de meu conhecimento, e determinado apenas pelo critério pessoal daqueles que ali o colocaram. Mas tivesse ele roubado ao Estado noventa vezes nove xelins, teria sido sem demora posto em liberdade.

Se a injustiça faz parte do atrito necessário à máquina do governo, deixemos que assim seja: talvez amacie com o passar do tempo, e certamente a máquina irá se desgastar. Se a injustiça tem uma mola, polia, cabo ou manivela exclusivamente para si, talvez possamos questionar se o remédio não será pior que o mal. Mas se ela for de natureza tal que exija que nos tornemos agentes da injustiça para com os outros, então proponho que violemos a lei. Deixemos que nossas vidas sejam um antiatrito capaz de deter a máquina. O que devemos fazer, de qualquer maneira, é verificar se não nos estamos prestando ao mal que condenamos.

Quanto a adotar os meios que o Estado propiciou para remediar o mal, nada sei sobre eles. Levam tempo demais e a vida se esgotaria. Tenho outros assuntos com que me preocupar. Vim a este mundo não, principalmente, para fazer dele um bom lugar para se viver, mas para viver nele, seja bom ou mau. Um homem não tem que fazer tudo, mas algo, e não é porque não pode fazer tudo que precisa fazer este algo de maneira errada. Não tenho maior obrigação de enviar petições ao Governador ou à Legislatura do que eles a mim, e, se não atenderem a minhas solicitações, o que devo fazer? Mas neste caso o Estado não propicia solução alguma: o mal está em sua própria Constituição. Isto pode parecer rude, inflexível e hostil, mas é tratar com a máxima bondade e consideração o único espírito que pode apreciar-lo ou merecê-lo. E assim o são todas as mudanças para melhor, como o nascimento e a morte, que convulsionam o corpo.

Não hesito em dizer que aqueles que se autoproclamam abolicionistas deveriam, imediata e efetivamente, retirar seu apoio pessoal ou econômico ao governo de Massachusetts, e não esperar até que se constituam em maioria de um para só então ter o direito de predominar. Penso ser suficiente que tenham Deus a seu lado sem que precisem esperar por aquele homem a mais. Além disso, qualquer homem mais justo que seus semelhantes já constitui uma maioria de um.

Encontro diretamente, frente a frente, esse governo americano, ou seu representante, o governo do Estado, uma vez por ano – não mais – na pessoa do coletor de impostos. Este é o único modo pelo qual um homem na minha situação pode necessariamente encontra-lo. E então ele afirma claramente: “Reconheça-me”. E a maneira mais simples, e mais efetiva e, no atual estado das coisas, mais indispensável de tratar com ele sobre este assunto, de expressar nossa pouca satisfação e carinho em relação a ele, então, é negá-lo. O coletor de impostos, meu semelhante, é exatamente o homem com quem tenho de tratar – pois, afinal, é com homens que brigo e não com pergaminhos –

e ele escolheu voluntariamente ser um agente do governo. Como poderá ele saber, com certeza, o que é e o que faz como representante do governo, ou como homem, até que seja obrigado a decidir se irá tratar a mim, seu semelhante, por quem tem respeito, como um homem bem-intencionado e um seu semelhante, ou como um maníaco e perturbador da ordem, até que seja obrigado a ver se tem condições de superar este obstáculo a sua urbanidade sem um pensamento ou discurso mais rudes e impetuosos correspondentes a sua ação? Estou certo de que se mil, se cem, se dez homens aos quais pudesse nomear – se dez homens honestos apenas – ah, se um homem HONESTO, neste Estado de Massachusetts, deixando de manter escravos, decidisse realmente retirar-se desta sociedade e fosse por isto encarcerado, isso significaria o fim da escravidão nos Estados Unidos. Pois não importa quão limitado possa parecer o começo: aquilo que é bem feito uma vez está feito para sempre. Mas preferimos falar sobre isso: essa é a nossa missão, dizemos. A reforma tem a seu serviço um grande numero de jornais, mas nenhum homem. Se meu estimado semelhante, o representante do Estado, que dedica seus dias ao arranjo da questão dos direitos humanos da Câmara do Conselho, ao invés de ser ameaçado com as prisões da Carolina, assumisse a condição de prisioneiro de Massachusetts, este Estado sempre ansioso por impingir o pecado da escravidão a seu irmão – embora, no momento, possa apenas descobrir um ato de inospitalidade como base para uma disputa com ele -, a Legislatura não deixaria inteiramente de lado o assunto no próximo inverno.

Num governo que aprisiona qualquer pessoa injustamente, o verdadeiro lugar de um homem justo é também na prisão. O lugar apropriado, hoje, o único lugar que Massachusetts proporciona a seus espíritos mais livres e menos desesperançados, são seus cárceres, nos quais se verão aprisionados e expulsos do Estado, por ação deste, os mesmos homens que já haviam expulsado a si mesmos por seus princípios. É ali que deverão encontra-los o escravo foragido, o prisioneiro mexicano em liberdade condicional e o índio que queiram protestar contra as injustiças sofridas por sua raça; naquele lugar à parte, embora mais livre e honroso, em que o Estado coloca aqueles que não estão com ele, mas contra ele – o único lugar num Estado escravo em que um homem livre pode viver com honra. Se alguém pensa que ali sua influencia se perderá, que sua voz não mais atormentará os ouvidos do Estado e que ele não será como um inimigo dentro de suas muralhas, é porque não sabe o quanto a verdade é mais poderosa que o erro, nem o quão mais eloqüente e eficazmente pode combater a injustiça aquele que já a tenha experimentado em sua própria carne. Dá o teu voto inteiro, não uma simples tira de papel, mas toda tua influência. Uma minoria é impotente enquanto se conforma à maioria, nem chega a ser uma minoria então, mas se torna irresistível quando se põe a obstruir com todo o seu peso. Se a alternativa for a de manter todos os homens justos na prisão ou desistir da guerra e da escravidão, o Estado não hesitará em sua escolha. Se mil homens se recusassem a pagar seus impostos este ano, esta não seria uma medida violenta e sangrenta, como seria a de pagá-los e permitir ao Estado cometer violências e derramar sangue inocente. Esta é, de fato, a definição de uma revolução pacífica, se tal for possível. Se o coletor de impostos ou qualquer outro funcionário publico perguntar-me, como um deles já o fez, “Mas o que devo fazer?”, minha resposta será: “Se deseja realmente fazer algo, peça demissão”. Quando o súdito recusar sua lealdade e o funcionário demitir-se de seu cargo, então a revolução terá se realizado. Mas suponhamos, até, que deva correr sangue. Já não se derrama uma espécie de sangue quando a consciência é ferida? Através desse ferimento esvai-se a verdadeira coragem e imortalidade de um homem, e ele sangra até a morte. Vejo este sangue correndo neste momento.

Refleti sobre o aprisionamento do ofensor e não sobre o confisco de seus bens, embora ambos possam servir ao mesmo propósito, porque aqueles que afirmam o mais puro direito, e são, conseqüentemente, mais perigosos para um Estado corrupto, normalmente não passaram muito tempo a acumular propriedades. A esses, o Estado presta, comparativamente, pouco serviço, e um pequeno imposto costuma ser visto como exorbitante, particularmente se são obrigados a ganha-lo com suas próprias mãos. Se houvesse alguém que pudesse viver inteiramente sem o uso do dinheiro, o próprio Estado hesitaria em exigir-lhe pagamento. Mas o homem rico – sem querer fazer nenhuma comparação invejosa – está sempre vendido à instituição que o faz rico. Falando em termos absolutos, quanto mais dinheiro, menos virtude, pois o dinheiro se interpõem entre um

homem e seus objetivos, e os obtém para ele, e certamente não há grande virtude em fazê-lo. O dinheiro abafa muitas questões que, de outro modo, este homem seria levado a responder, ao mesmo tempo em que a única nova questão que lhe propõem é a difícil, embora supérflua, questão de saber como gastá-lo. Assim, seu fundamento moral lhe é retirado de sob os pés. As oportunidades de viver diminuem na proporção em que aumenta o que se chama de “meios”. O melhor que um homem pode fazer por sua cultura, quando enriquece, é tentar pôr em prática os planos que concebeu quando pobre. Cristo respondeu ao herodianos de acordo com sua situação. “Mostrai-me o dinheiro do tributo”, disse, e um deles tirou uma moeda do bolso. Se usais dinheiro com a imagem de César gravada, e que ele tornou corrente e útil, ou seja, se sois homens do Estado, e de bom grado desfrutais as vantagens do governo de César, então devolvei a ele um pouco do que lhe pertence quando ele assim o exigir. “Logo, daí a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”, disse, deixando-os sem saber mais do que antes a respeito de qual era qual, pois não desejavam saber-lo.

Quando converso com os mais livres dos meus semelhantes, percebo que, seja o que for que digam sobre a magnitude e seriedade do problema, e sobre sua preocupação com a tranquilidade pública, o cerne da questão é que não podem dispensar a proteção do governo existente e temem as consequências que possam advir para suas propriedades e suas famílias da desobediência a ele. De minha parte, não gostaria de pensar que alguma vez tenha confiado na proteção do Estado. No entanto, se nego a autoridade do Estado quando ele me apresenta a conta dos impostos, logo ele irá se apossar de meu patrimônio e dissipa-lo, molestando-me, assim, interminavelmente, bem como aos meus filhos. Isso é injusto. Isso torna impossível a um homem viver honestamente, e ao mesmo tempo confortavelmente, no que diz respeito às circunstâncias exteriores. Não valerá a pena acumular propriedades, pois com certeza estas seriam novamente confiscadas. Deves arrendar ou ocupar terra devoluta num lugar qualquer, plantar não mais que uma safra e consumi-la imediatamente. Deves viver contigo e depender só de ti, sempre arrumado e pronto para partir, e não ter muitos negócios. Um homem pode enriquecer até mesmo na Turquia, se for, em todos os aspectos, um bom súdito do governo turco. Confúcio disse: “Se um estado for governado pelos princípios da razão, a pobreza e a miséria serão objeto de vergonha; se um Estado não for governado pelos princípios da razão, a riqueza e as honrarias serão objeto de vergonha”. Não: até que eu queira que a proteção de Massachusetts me seja proporcionada em algum porto distante do Sul em que minha liberdade seja ameaçada, ou até que eu me veja exclusivamente voltado para o desenvolvimento de uma propriedade em seu território, através de um empreendimento pacífico, posso permitir-me recusar obediência a Massachusetts e seu direito a minha vida e meu patrimônio. Custa-me menos, em todos os sentidos, incorrer na pena de desobediência ao Estado do que me custaria obedecer-lhe. Neste caso, eu haveria de me sentir diminuído.

Há alguns anos, o Estado veio ao meu encontro, em nome da Igreja, e mandou-me pagar uma certa quantia em benefício de um padre a cujas pregações meu pai comparecia, mas a que eu mesmo jamais comparecera. “Paga”, disse, “ou serás preso”. Eu me recusei a pagar, mas, infelizmente, outro homem houve por bem fazê-lo. Eu não via porque o mestre-escola deveria pagar um imposto para sustentar o padre, e não o contrário, já que eu não era um mestre-escola do estado mas me mantinha através de subscrição voluntária. Não via porque a escola não deveria apresentar sua conta de impostos e fazer com que o Estado atendesse a suas exigências, assim como a Igreja. Contudo, a pedido dos conselheiros municipais, concordei em fazer, por escrito, uma declaração como esta: “Saibam todos, pela presente, que eu, Henry Thoreau, não desejo ser considerado membro de nenhuma sociedade juridicamente constituída à qual não tenha me associado”. Entreguei-a ao secretário da câmara municipal, que a guarda com ele. Desde então, o Estado, tendo tomado conhecimento de que eu não desejava ser considerado membro daquela igreja, nunca mais me fez tal exigência, embora dissesse que precisava manter-se fiel a sua presunção inicial naquela época. Se eu tivesse como especificá-las então, teria identificado minuciosamente todas as sociedades às quais não pertencia. Mas não soube onde encontrar uma lista completa delas.

Não pago imposto individual há seis anos. Por causa disso, certa vez, fui colocado na cadeia por uma noite. E, enquanto contemplava as sólidas paredes de pedra, com dois ou três pés de

espessura, e a grade de ferro que filtrava a luz, não pude deixar de ficar impressionado com a insensatez daquela instituição que me tratava como se eu fosse um mero amontoado de carne, sangue e ossos, pronto para ser aprisionado. Estranhei que ela tenha concluído, por fim, que aquele fosse o melhor uso que poderia fazer de mim e que não tenha pensado em aproveitar-se de meus serviços de algum modo. Vi que, se havia um muro de pedra entre eu e meus concidadãos, havia um outro ainda mais difícil de galgar e transpor para que eles pudessem tornar-se tão livres quanto eu. Não me senti aprisionado sequer por um momento e aqueles muros pareceram-me um enorme desperdício de pedra e argamassa. Sentia-me como se apenas eu, entre todos meus concidadãos, tivesse pago o imposto. Eles claramente não sabiam como tratar-me mas portavam-se como pessoas mal-educadas. Em cada ameaça e em cada cumprimento havia um disparate, por pensarem que meu maior desejo era estar do outro lado daquele muro de pedra. Eu não podia senão sorrir ao ver quão diligentemente fechavam a porta às minhas meditações, que os perseguiam totalmente desimpedidas, e eles é que eram, na verdade, tudo de perigoso. Como não podiam alcançar-me, resolveram punir meu corpo; como meninos que, não conseguindo atacar alguém que odeiam, maltratam-lhe o cão. Vi que o Estado era irresponsável, tímido como uma mulher solitária com suas colheres de prata, e que não sabia distinguir seus amigos de seus inimigos, e perdi o resto de respeito que ainda nutria por ele, e tive pena dele.

Portanto, o Estado nunca enfrenta intencionalmente a consciência intelectual ou moral de um homem, mas apenas seu corpo, seus sentidos. Não está equipado com inteligência ou honestidade superiores, mas com força física superior. Não nasci para ser forçado a nada. Respirarei a meu próprio modo. Vejamos quem é o mais forte. Que força tem uma multidão? Só pode forçar-me aquele que obedece uma lei mais alta que a minha. Forçam-me a tornar-me como eles. Não sei de homens que tenham sido forçados a viver desta ou daquela maneira por uma massa de homens. Que espécie de vida seria essa? Quando me deparo com um governo que diz “Teu dinheiro ou tua vida”, porque deveria apressar-me em dar-lhe meu dinheiro? Ele pode estar em grande dificuldade e não saber o que fazer, mas não posso ajudá-lo nisso. Ele deve ajudar a si mesmo, fazer como eu faço. Não vale a pena lamuriar-se. Não sou responsável pelo bom funcionamento da maquinaria da sociedade. Não sou o filho do maquinista. Observo que, quando uma bolota de carvalho e uma castanha caem lado a lado, uma não se mantém inerte para dar lugar à outra, mas ambas obedecem as próprias leis, e desenvolvem-se e crescem e florescem tão bem quanto podem, até que uma delas, talvez, domine e destrua a outra. Se uma planta não consegue viver de acordo com sua natureza, ela morre, e assim também um homem.

A noite que passei na prisão foi bastante inusitada e interessante. Quando lá entrei, os prisioneiros, em mangas de camisa, conversavam e aproveitavam o ar da noite perto da entrada. Mas o carcereiro disse: “Vamos lá, rapazes, é hora de fechar”, e assim eles debandaram, e pude ouvir o som de seus passos retornando às celas vazias. Meu companheiro de cela foi-me apresentado pelo carcereiro como “um camarada de primeira e um homem inteligente”. Quando a porta foi fechada, ele me mostrou onde pendurar meu chapéu e como lidava com as coisas ali. As celas eram caiadas uma vez por mês, e aquele, pelo menos, era o aposento mais alvo, o mais simplesmente mobiliado e provavelmente o mais asseado da cidade. Naturalmente, ele quis saber de onde eu vinha e o que me levava até ali. E, depois de ter-lhe contado, perguntei-lhe igualmente como tinha ido parar ali, presumindo, é claro, que fosse um homem honesto. E, do jeito que anda o mundo, acredito que o fosse. “Bem”, disse ele, “fui acusado de incendiar um celeiro, mas não o fiz”. Tanto quanto pude constatar, ele provavelmente fora dormir bêbado num celeiro, fumara ali seu cachimbo e assim incendiara o celeiro. Tinha a fama de ser um homem inteligente, estava ali há cerca de três meses esperando que seu julgamento fosse realizado e ainda teria que esperar outro tanto, mas encontrava-se bastante domesticado e satisfeito, já que tinha casa e comida de graça e achava que era bem tratado.

Ele ocupava uma das janelas e eu a outra, e descobri que, se alguém ficasse ali por muito tempo, sua principal ocupação seria a de ficar olhando pela janela. Em pouco tempo eu havia lido todos os panfletos que tinham sido deixados ali, e examinado por onde antigos prisioneiros haviam

escapado, e onde uma grade havia sido serrada, e escutado a história dos vários ocupantes daquela cela, pois descobri que mesmo ali havia histórias e boatos que nunca haviam circulado além dos muros da prisão. Esta é a provavelmente a única casa da cidade em que se compõem versos que são posteriormente impressos sob forma de circular mas não são publicados. Mostraram-me uma lista bastante longa de versos compostos por alguns jovens que haviam sido descobertos numa tentativa de fuga e que se vingaram cantando-os.

Tirei o máximo que pude de meu companheiro de cela, temendo que não voltasse a vê-lo nunca mais, mas ele, afinal, mostrou-me qual era a minha cama e deixou-me com a missão de apagar a lâmpada.

Dormir ali por uma noite foi como viajar para um país distante, que eu jamais esperara conhecer. Pareceu-me que eu nunca antes tinha ouvido a batida do relógio da cidade, nem os sons noturnos da vila, pois dormíamos com as janelas abertas, que eram gradeadas por fora. Era como ver a minha vila natal à luz da Idade Média, e nosso Concord transformava-se num riacho como os do Reno, e visões de cavaleiros e castelos passavam diante de meus olhos. Eram as vozes dos velhos cidadãos dos burgos que eu ouvia nas ruas. Eu era um espectador e um ouvinte involuntário de tudo que era dito e feito na cozinha da estalagem contígua – uma experiência totalmente nova e rara para mim. Era uma visão mais minuciosa de minha cidade natal. Eu estava completamente dentro dela. Nunca havia enxergado suas instituições antes. Aquela era uma de suas instituições peculiares, pois era um condado. Comecei a compreender com que se ocupavam seus habitantes.

Pela manhã, nosso desjejum era passado através da vigia da porta, em pequenas vasilhas de lata retangulares que continham meio litro de chocolate, pão preto e uma colher de ferro. Quando pediram de volta as vasilhas, minha inexperiência me fez devolver o pão que me sobrara, mas meu companheiro agarrou-o e disse que eu deveria guarda-lo para o almoço ou o jantar. Pouco depois, deixaram-no sair para trabalhar num campo de feno próximo dali, para onde ia todos os dias, e, como estaria de volta só depois do meio-dia, disse-me adeus, pois duvidava que fosse meu ver outra vez.

Quando saí da prisão – pois alguém interferiu e pagou aquele imposto – não achei que grandes mudanças houvesse ocorrido nas coisas comuns, como o faria alguém que tivesse entrado jovem na prisão e dela saísse já grisalho e cambaleante. Mesmo assim, aos meus olhos, ocorrera uma mudança no cenário – na cidade, no estado, no país -, uma mudança maior do que qualquer outra que pudesse ser efetuada pela mera passagem do tempo. Enxerguei ainda mais claramente o Estado em que vivia. Vi até que ponto podia confiar, como bons vizinhos e amigos, nas pessoas entre as quais vivia. Vi que sua amizade valia apenas para o tempo bom, que eles não se propunham muito a praticar o bem. Vi que eram de uma raça diferente da minha, tanto quanto os chineses e os malaios, devido a seus preconceitos e superstições; que, em seus sacrifícios pela humanidade, não colocavam nada em risco, nem mesmo seu patrimônio; que, afinal de contas, não eram assim tão nobres, pois tratavam o ladrão como este os havia tratado, e esperavam, através de certas observâncias exteriores, de umas poucas preces e de andarem por um determinado caminho reto, porém inútil, de tempos em tempos, salvar suas almas. Isto pode parecer um julgamento demasiado severo de meus próximos, pois acredito que muitos deles não estejam conscientes da existência de uma instituição como a cadeia em sua vila.

Antigamente era costume em nossa vila, quando um pobre devedor saía da cadeia, seus conhecidos o saudarem olhando-o através dos dedos, que eram cruzados para representar as grades de uma janela de prisão, e dizendo “Como vai?”. Meus conterrâneos não me saudaram dessa forma, mas primeiro olharam para mim, depois uns para os outros, como se eu tivesse retornado de uma longa jornada. Eu tinha sido preso enquanto me dirigia ao sapateiro para buscar um sapato que precisara de conserto. Quando saí, na manhã seguinte, tratei de completar minha pequena missão e, já calçando meu sapato consertado, juntei-me à turma do huckleberry (4), que estava impaciente em ser por mim conduzida e, depois de meia hora – pois o cavalo fora atrelado em seguida -, encontrávamo-nos no meio de um campo de huckleberry, numa de nossas colinas mais altas, a duas milhas de distância e logo já não podíamos enxergar o Estado em parte alguma.

Esta é toda a história das “Minhas Prisões”.

Nunca me recusei a pagar o imposto rodoviário, pois desejo tanto ser um bom vizinho quanto um mau súdito. E, quanto a sustentar as escolas, faço minha parte educando hoje meus concidadãos. Não é por nenhum item específico da lista de impostos que me recuso a pagá-la. Simplesmente desejo recusar sujeição ao Estado, afastar-me dele e manter-me à parte de modo efetivo. Não me interessa traçar a rota de meu dólar, mesmo que pudesse, até o ponto em que ele compre um homem ou um mosquete para matar um homem – o dólar é inocente -, mas a mim interessa rastrear os efeitos de minha sujeição. Na verdade, serenamente declaro guerra ao Estado, a meu modo, embora eu ainda possa vir a usa-lo e obter dele as vantagens que puder, como é comum nestes casos.

Se outros pagam o imposto que me é exigido, por solidariedade ao Estado, fazem simplesmente o que já haviam feito em seus próprios casos, ou, mais exatamente, favorecem a injustiça numa extensão maior que a exigida pelo Estado. Se pagam o imposto devido a um interesse equivocado pelo indivíduo taxado, para salvar seu patrimônio ou impedir que ele vá para a cadeia, é porque não avaliaram sensatamente até que ponto permitem que seus sentimentos pessoais interfiram no bem público.

Esta é, portanto, minha posição atual. Num caso como esse, porém, nunca se pode estar demasiadamente em guarda, para que nossa ação não seja influenciada pela obstinação ou por uma indevida consideração pelas opiniões dos homens. Tratemos de fazer apenas aquilo que nos seja próprio e oportuno.

Às vezes, penso: ora, essas pessoas são bem-intencionadas, mas são ignorantes. Agiriam melhor se soubessem como fazê-lo: por que dar a nossos concidadãos o incômodo de tratar-nos de uma maneira pela qual não se mostram inclinados? Mas penso melhor: isto não é razão para que eu aja como eles ou permita que outros sofram um incômodo muito maior, de um tipo diferente. Digo a mim mesmo, também: quando muitos milhões de homens, sem ódio, sem hostilidade, sem sentimentos pessoais de qualquer espécie, exigem de ti apenas uns poucos xelins, sem a possibilidade, por seu temperamento, de retraírem-se ou de alterarem sua atual demanda, e sem a possibilidade, de tua parte, de apelar para quaisquer outros milhões, por que expor-te a esta força bruta e esmagadora? Não resistes tão obstinadamente ao frio e à fome, aos ventos e às ondas; submetes-te serenamente a mil necessidades semelhantes. Não colocas tua cabeça no fogo. Mas na exata medida em que considero que esta não é uma força inteiramente bruta, mas parcialmente humana, e que me relaciono com esse milhões de homens tanto quanto com outros milhões, e não simplesmente com coisas brutas ou inanimadas, vejo que se torna possível um apelo, antes de mais nada, deles ao seu Criador, e, em segundo lugar, deles a eles mesmos. Porém, se eu colocar deliberadamente minha cabeça no fogo, não haverá apelo que possa fazer ao fogo ou ao seu Criador, e só poderei culpar a mim mesmo. Se eu pudesse convencer-me de que tenho algum direito de estar satisfeito com os homens tais como são, e de trata-los de acordo com isso, e não de acordo, em alguns aspectos, com minhas exigências e expectativas quanto ao que eles e eu devamos ser, então, como um bom muçulmano e fatalista, deveria empenhar-me para me satisfazer com as coisas como elas são, e dizer que esta é a vontade de Deus. E, acima de tudo, existe uma diferença entre resistir a isto e a uma força puramente brutal ou natural, que é a de que posso resistir a isto com algum sucesso, mas não posso esperar, como Orfeu, mudar a natureza das rochas, das árvores e dos animais.

Não desejo brigar com nenhum homem ou nação. Não quero entrar em minúcias desnecessárias nem fazer distinções sutis, nem pretendo parecer melhor do que meus semelhantes. Ao contrário, posso dizer que até mesmo procuro uma desculpa para conformar-me com as leis da terra. Estou mesmo pronto a conformar-me com elas. Na verdade, tenho razões para suspeitar de mim mesmo quanto a esse assunto. E todo ano, quando reaparece o coletor de impostos, vejo-me disposto a rever os atos e a posição do governo geral e do Estado, e o espírito do povo, para descobrir um pretexto para a conformidade.

*Devemos amar nossa pátria como a nossos pais; E se em algum momento deixarmos de dedicar-lhe Nosso amor e nossos cuidados, Devemos honrar o afeto e ensinar à alma As coisas da consciência e da religião, E não o desejo de poder ou benefício.*

Acredito que o Estado logo será capaz de me tirar das mãos todo trabalho desse tipo e então não serei melhor patriota que meus conterrâneos. Analisada de um ponto de vista inferior, a Constituição, com todos os seus defeitos, é muito boa; a lei e os tribunais são muito respeitáveis; mesmo este Estado e este governo americano são, sob muitos aspectos, bastante raros e admiráveis, como muitos já os descreveram, e podemos ser gratos a eles. Porém, analisados de um ponto de vista um pouco mais elevado, eles são exatamente aquilo que descrevi, e, vistos de um lugar ainda mais alto, do topo mesmo, quem poderá dizer o que eles são ou que merecem ser apreciados e ser objeto de nossos pensamentos?

Entretanto, o governo não me interessa tanto assim, e dedicarei a ele o menos numero possível de pensamentos. Não são muitos os momentos em que vivo sob um governo, mesmo neste mundo. Se um homem pudesse não ter mais pensamentos, fantasias ou imaginação, algo que jamais poderia lhe acontecer por um tempo muito longo, então, fatalmente, os governantes ou reformadores insensatos não poderiam interrompe-lo.

Sei que a maioria dos homens pensa de modo diferente do meu, mas aqueles que dedicam suas vidas profissionais ao estudo deste e de outros assuntos afins contentam-me tão pouco quanto os demais. Os estadistas e legisladores, situando-se tão completamente dentro da instituição, nunca a contemplam nítida e abertamente. Falam de uma sociedade em movimento, mas fora dela não têm nenhum lugar onde descansar. Podem ser homens de certa experiência e discernimento, e sem duvida inventaram sistemas engenhosos e mesmo úteis, pelos quais sinceramente lhes agradecemos. Mas todo o seu engenho e utilidade situam-se dentro de limites não muito amplos. Costumam esquecer que o mundo não é governado pela sagacidade e pela conveniência. Webster (5) nunca chega aos bastidores do governo e, portanto, não pode falar com autoridade sobre ele. Suas palavras são a própria sabedoria para aqueles legisladores que não consideram fazer nenhuma reforma essencial no governo existente. Mas para aqueles que pensam, e para os que legislam para todos os tempos, ele não chega sequer a vislumbrar o assunto. Sei de alguns cujas serenas e sábias especulações a respeito deste tema logo colocariam em evidência os limites da amplitude e da receptividade da mente de Webster. Mesmo assim, comparadas com as manifestações ordinárias da maioria dos reformadores, e com a sabedoria e eloquência ainda mais ordinárias dos políticos em geral, suas palavras são quase as únicas palavras sensatas e válidas, e agradecemos aos Céus por ele. Comparativamente, ele é sempre forte, original e, sobretudo, prático. No entanto, sua virtude é a prudência, não a sabedoria. A verdade do advogado não é Verdade, mas coerência, ou uma conveniência coerente. A Verdade está sempre em harmonia consigo própria e não se preocupa primordialmente em exhibir a justiça que possa condizer com o mal. Webster bem merece ser chamado, como realmente o foi, de Defensor da Constituição. Não há, realmente, outros golpes que ela possa desferir senão os defensivos. Ele não é um líder, mas um seguidor. Seus lideres são os homens de 87 (6). “Nunca fiz qualquer esforço”, diz, “nem me proponho a fazê-lo; nunca apoiei qualquer esforço, e nem pretendo fazê-lo um dia, no sentido de perturbar o acordo originalmente feito pelo qual os vários Estados constituíram a União.” Contudo, pensando na sanção que a Constituição concede à escravidão, ele diz: “Deixemo-la permanecer, já que fazia parte do arranjo original”. A despeito de sua notável agudeza e capacidade, ele é incapaz de isolar um fato de suas relações meramente políticas e contemplá-lo em termos absolutos, como convém ao intelecto considera-lo – por exemplo, o que cabe a um homem fazer hoje, na América, com relação à escravidão. Aventura-se porém, ou é levado a fazer declarações desesperadas como as seguintes, embora reconheça estar falando em termos absolutos e como particular – que novo e singular código de deveres sociais pode ser inferido disto?” A maneira pela qual”, afirma, “os governos dos Estados onde existe a escravidão deverão regulamenta-la será a de levar em consideração as leis gerais da propriedade, humanidade e justiça, além de seu temor a Deus, por força da responsabilidade perante seus constituintes. Associações formadas alhures, nascidas de um

sentimento humanitário ou de qualquer outra causa, não têm absolutamente nada a ver com ela. Jamais receberam qualquer encorajamento de minha parte e jamais o receberão.”

Aqueles que não conhecem fontes mais puras de verdade, que não seguiram seu curso até mais alto, apóiam-se, sabiamente, na Bíblia e na Constituição, e bebe-na ali com reverência e humildade; mas aqueles que contemplam o lugar de onde ela verte para este lago ou aquela lagoa, arregaçam as mangas mais uma vez e continuam sua peregrinação até suas nascentes.

Nenhum homem com gênio para legislar apareceu na América. Eles são raros até na história do mundo. Existem oradores, políticos e homens eloqüentes aos milhares, mas ainda não abriu a boca para falar aquele interlocutor capaz de resolver as questões mais discutidas do momento. Amamos a eloqüência pela eloqüência e não por qualquer verdade que possa exprimir ou por qualquer heroísmo que possa inspirar. Nossos legisladores ainda não aprenderam o valor comparativo que têm o livre comércio e a liberdade, a união e a retidão, para uma nação. Não têm gênio ou talento para as questões relativamente modestas de tributação e finanças, comércio, manufaturas e agricultura. Se nos deixássemos guiar exclusivamente pela palavrosa sabedoria dos legisladores do Congresso, sem que esta fosse corrigida pela oportuna experiência e pelas efetivas reclamações do povo, os Estados Unidos não sustentariam por muito tempo o lugar que ocupam entre as nações. Há mil e oitocentos anos, embora talvez eu não tenha o direito de dizê-lo, o Novo Testamento foi escrito. E, no entanto, onde está o legislador com sabedoria e talento prático bastante para tirar proveito da luz que ele lança sobre a ciência da legislação?

A autoridade do governo, mesmo aquela a que estou disposto a me submeter – pois obedecerei com prazer àqueles que saibam e possam fazer melhor do que eu, e, em muitas coisas, mesmo àqueles que não saibam nem possam fazer tão bem -, é ainda uma autoridade impura: para ser rigorosamente justa, ela deve ter a sanção e o consentimento dos governados. Não pode ter nenhum direito puro sobre minha pessoa e meu patrimônio, apenas aquele que lhe concedo. O progresso de uma monarquia absoluta para uma monarquia limitada e desta para uma democracia é um progresso no sentido de um verdadeiro respeito pelo indivíduo. Mesmo o filósofo chinês foi sábio bastante para ver no indivíduo a base do império. Será a democracia, tal como a conhecemos, o ultimo desenvolvimento possível em matéria de governo? Não será possível dar mais um passo além no sentido do reconhecimento e da organização dos direitos do homem? Jamais haverá um Estado realmente livre e esclarecido até que este venha a reconhecer o indivíduo como um poder mais alto e independente, do qual deriva todo seu próprio poder e autoridade, e o trate da maneira adequada. Agrada-me imaginar um Estado que, afinal, possa permitir-se ser justo com todos os homens e tratar o indivíduo com respeito, como um seu semelhante; que consiga até mesmo não achar incompatível com sua própria paz o fato de uns poucos viverem à parte dele, sem intrrometer-se com ele, sem serem abarcados por ele, e que cumpram todos os seus deveres como homens e cidadãos. Um estado que produzisse este tipo de fruto, e que o deixasse cair assim que estivesse maduro, prepararia o caminho para um Estado ainda mais perfeito e glorioso, que também imaginei, mas que ainda não avistei em parte alguma.

#### **NOTAS:**

- (1) Guerra de 1846 entre os EUA e o México
- (2) Refere-se ao ano de 1775, que marca o início da revolução da independência dos EUA.
- (3) William Paley (1743 – 1805), teólogo inglês que escreveu *Princípios de Filosofia Moral e Política*.
- (4) Mirtilo norte-americano, planta da família das ericáceas.
- (5) Daniel Webster (1782 – 1852), advogado, estadista e orador norte-americano.
- (6) 1787, ano da Convenção de Filadélfia, que elaborou uma constituição para os EUA.